



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202040600725	Distribuição: 05/07/2020
Número Único: 0027133-46.2020.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO DO CONSUMIDOR - Responsabilidade do Fornecedor - Indenização por Dano Material
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: SINVALDO DE JESUS SANTOS
Endereço: Rua Orlando Ferreira Santos
Complemento:
Bairro: Industrial
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49065056
Requerente: Advogado(a): EDNALDO BEZERRA DA SILVA JUNIOR 11154/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600725

DATA:

05/07/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202040600725, referente ao protocolo nº 20200704163000551, do dia 04/07/2020, às 16h30min, denominado Procedimento Comum, de Indenização por Dano Material, Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACAJU/SE

SINVALDO DE JESUS SANTOS, brasileiro, solteiro, armador, portador do RG nº 685.736, inscrito no CPF nº 352.619.435-15, residente e domiciliado na Rua Orlando F. dos Santos, 23, Bairro Industrial, Aracaju/SE, CEP 49065-056, por seu procurador signatário, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, labora como gari, é pessoa humilde, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 24 de setembro de 2019, conforme consta no registro de ocorrência policial, sofreu acidente de trânsito quando pilotava sua moto pela rua Itabaiana do lado direito da via, quando foi surpreendido por um carro de modelo Renault Sandero que vinha pela esquerda da via, contornando à direita da via para entrar em um estacionamento que por isso veio a colidir com sua motocicleta que estava do lado direito. Do evento resultou lesões no demandante consideravelmente graves que necessitam de perícia médica para análise da gravidade, tendo a principal sido os rompimentos de ligamentos dos dedos da mão esquerda.

Posteriormente ao fato, o requerente foi encaminhado para atendimento médico, tudo em virtude da gravidade dos ferimentos.

Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório



(DPVAT/INVALIDEZ), o requerente teve seu pedido cadastrado conforme o **protocolo de entrega de documentos em anexo**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informada pela seguradora que **seu pedido de indenização foi pago em valor menor a qual realmente teria direito em razão da gravidade da sua seqüela**, sendo então necessário a realização de perícia para tal constatação.

Ou seja, todos os documentos médicos levam ao entendimento de que foram consideráveis as perdas funcionais e dificuldades físicas remanescentes, porém, a parte ré nega, sumariamente, a análise dos mesmos, adotando entendimento diverso do claramente previsto na legislação que trata do tema.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.



Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).



APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

3.2 DA POSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO NO CASO DE PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO

A negativa de pagamento por parte da ré, não encontra nenhum amparo legal, é aplicada em desacordo com a legislação que trata do assunto, bem como, vai de encontro a entendimento já sumulado pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ainda, contraria farta jurisprudência que trata do tema.

Cite-se os dispositivos da lei 6.194/74 e que claramente dão amparo à pretensão autoral:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



Art. 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (grifei).

Ainda, cite-se SUMULA 257 DO STJ:

A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

Ademais, cite-se entendimento do R. Tribunal de Justiça deste Estado:

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ATRASADO DO PRÊMIO QUE NÃO IMPORTA EXCLUSÃO AUTOMÁTICA DA COBERTURA. SÚMULA N. 257 DO STJ. NEXO CAUSAL ENTRE O DANO E DESPESAS COMPROVADO. CORREÇÃO MONETÁRIA COM PREVISÃO NA SÚMULA N. 14 DAS TURMAS RECURSAIS. SENTENÇA QUE DETERMINOU CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO, O QUE, NA HIPÓTESE, EQUIVALE À DATA DO PAGAMENTO PARCIAL. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71007740095, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: LuisAntonioBehrendsdorf Gomes da Silva, Julgado em 19/09/2018).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Despesas médicas. O artigo 3º, III, da Lei n.º 6.194/74 estabelece que é devido o reembolso das despesas devidamente comprovadas. Comprovado o nexo causal entre o acidente narrado e os gastos médicos efetuados em quantia superior, deve ser determinado o ressarcimento. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70078649712, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO DO PRÊMIO. DESNECESSIDADE. SÚMULA 257 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO SINISTRO. 1. Não é necessária a comprovação do pagamento do prêmio para a cobrança do seguro DPVAT. Inteligência da Súmula n. 257 do STJ. 2. Correção monetária. Incidência desde a data do sinistro. Súmula n. 580 do STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078447521, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018) (grifei).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SÚMULA 257 DO STJ. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DESCABIDA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. A matéria trazida em grau recursal diz respeito tão somente a alegação de inaplicabilidade da Súmula 257 do STJ. O egrégio STJ, já consolidou o



entendimento através da Súmula 257 do egrégio STJ, de que a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Sentença mantida com a condenação da seguradora ao pagamento de indenização. APELAÇÃO DESPROVIDA (Apelação Cível Nº 70078371598, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Carpes da Silva, Julgado em 30/08/2018). (grifei).

Ante todo o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, independentemente do momento em que o prêmio do seguro foi quitado.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

4.2. Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.2.1. Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido à autora a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

4.4.1. Que se declare devido à parte autora o pagamento da indenização do seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, com valor a ser quantificado após **realização de perícia médica.**

4.4.2. Condenar a demandada ao pagamento de indenização referente ao seguro DPVAT - INVALIDEZ, com valor a ser quantificado após realização de perícia técnica.

4.4.3. Condenar a demandada ao pagamento do reembolso de despesas médicas e hospitalares no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), conforme nota fiscal em anexo.

4.4.4. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.



Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

Termos em que,
pede deferimento.

Aracaju/SE 20 de Março de 2020

Ednaldo Bezerra da Silva Júnior
OAB/SE 11.154



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato por mim abaixo assinado:

OUTORGANTE: **SINVALDO DE JESUS SANTOS**, brasileiro, solteiro, armador, portador do RG nº 685.736, inscrito no CPF nº 352.619.435-15, residente e domiciliado na Rua Orlando F. dos Santos, 23, Bairro Industrial, Aracaju/SE, CEP 49065-056, Constituo e nomeio-os bastantes procuradores:

OUTORGADA: **EDNALDO BEZERRA DA SILVA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SE 11.154 e **JOÃO MARCELO DE CAMPOS LIMA ROBERTINA**, brasileiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/PI 13.646, com endereço profissional na Av Augusto Maynard, 554, Sala 101; Pavimento 02, São Jose, Aracaju, SE, CEP 49015380.

OBJETO: representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, podendo, para tanto, propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar os processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, incluindo **AÇÕES INDENIZATÓRIAS**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, bem como em **SEGURADORAS**, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo subestabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga os advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do artigo 105 da Lei nº: 13.105/2015.

Aracaju/SE, 20 de Março de 2020.

(OUTORGANTE)



ATENDIMENTO: 08000790195

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE
CNPJ: 13.018.171/0001-90
INSC. EST.: 27.051.036-2
ENDEREÇO: RUA CAMPO DO BRITO - DESO - 331 - 13 DE JULHO
ARACAJU SE 49020-380

Nº Documento: 2020021362259

Escritório: ARACAJU

SEGUNDA VIA

FATURA MENSAL DE ÁGUA E ESGOTO

DADOS DO CLIENTE SINVALDO DE JESUS SANTOS RUA ORLANDO F DOS SANTOS, 23 - INDUSTRIAL ARACAJU SE 49000-000 INSCRIÇÃO: 001.009.446.4014.000		CPF/CNPJ: 352.619.435-15	MATRÍCULA: 00136225.9 FATURA: 02/2020 OPÇÃO DÉB. AUTOMÁTICO: 00136225.9																													
RESPONSÁVEL		ENDEREÇO PARA ENTREGA																														
SITUAÇÃO ÁGUA LIGADO	SITUAÇÃO ESGOTO POTENCIAL	QUANTIDADE DE ECONOMIAS																														
		RESIDENCIAL 1	COMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICO																											
HIDRÔMETRO A16N016093	DATAS DE LEITURA			TIPO DE CONSUMO(A/E) REAL /																												
	ANTERIOR 08/01/2020	ATUAL 08/02/2020	PRÓXIMA 08/03/2020																													
ÁGUA LEIT. ANT.: 683 LEIT. ATUAL: 696 LEIT. FAT.: 696		ESGOTO (POÇO) LEIT. ANT.: LEIT. ATUAL: LEIT. FAT.:		VOLUME: 0																												
HISTÓRICO CONSUMO: 01/2020 - 6/ 12/2019 - 6/ 11/2019 - 5/ 10/2019 - 7/ 09/2019 - 4/ 08/2019 - 2/ MÉDIA 5/0		Qualidade da Água (Decreto Federal nº 5.440/2005 - Art.5º inciso I) <table><tr><td>PARÂMETROS</td><td>Turbidez</td><td>Cor</td><td>Cloro</td><td>Flúor</td><td>Coliformes Totais</td><td>E.Coli</td></tr><tr><td>Nº Mínimo de Amostras Exigidas</td><td>245</td><td>68</td><td>245</td><td></td><td>245</td><td>245</td></tr><tr><td>Nº de Amostras Analisadas</td><td>345</td><td>345</td><td>345</td><td></td><td>345</td><td>345</td></tr><tr><td>Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011</td><td>325</td><td>316</td><td>331</td><td></td><td>345</td><td>345</td></tr></table>			PARÂMETROS	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coliformes Totais	E.Coli	Nº Mínimo de Amostras Exigidas	245	68	245		245	245	Nº de Amostras Analisadas	345	345	345		345	345	Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011	325	316	331		345	345
PARÂMETROS	Turbidez	Cor	Cloro	Flúor	Coliformes Totais	E.Coli																										
Nº Mínimo de Amostras Exigidas	245	68	245		245	245																										
Nº de Amostras Analisadas	345	345	345		345	345																										
Nº Mínimo de Amostras em Conformidade com a Portaria 2.914/2011	325	316	331		345	345																										

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS	CONSUMO POR FAIXA	VALOR R\$
ÁGUA RESIDENCIAIS 001 UNIDADE ATE 10 M3 - R\$ 37,74 (POR UNIDADE) 11 M3 A 20 M3 - R\$ 8,44 POR M3 MULTA P/IMPONTUALIDADE 01/2020	10 M3 3 M3	37,74 25,32 0,78

AVISO DE SUSPENSÃO: 20454457	DATA DA SUSPENSÃO: 05/02/2020
PIS: 1,04	COFINS: 4,79
VENCIMENTO: 14/02/2020	TOTAL A PAGAR: 63,84

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 18/02/2020

VIA CLIENTE



MATRÍCULA:	00136225.9	02/2020
VENCIMENTO:	14/02/2020	TOTAL A PAGAR: 63,84

82600000000-8 63840041001-2 00136225901-0 02202020003-0

VIA DESO



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

CE

HOME
SINVALDO DE JESUS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA/UF
685736 SSP SE

CPF
352.619.435-15

DATA NASCIMENTO
16/09/1962

FILIAÇÃO
OSVALDO DOS SANTOS

ALZIRA DE JESUS PEREIRA

PERMISSÃO **ACC** **CAT. HAB.**
AB

Nº REGISTRO
06864292459

VALIDADE
27/06/2021

1ª HABILITAÇÃO
21/06/2017

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO;

Sinvaldo de Jesus Santos
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ARACAJU, SE

DATA DE EMISSÃO
25/06/2018

Luciana Cândida Dêda Chagas de Melo
Luciana Cândida Dêda Chagas de Melo
DIRETORA PRESIDENTE

ASSINATURA DO EMISSOR
SERGIPE

40550858368
SE021025169

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1650994126

PROIBIDO PLASTIFICAR
1650994126



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 106440/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 10/10/2019 09:11 Data/Hora Fim: 10/10/2019 09:39
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 24/09/2019 11:15

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)
Logradouro: Rua Itabaiana
Complemento: Próximo ao quartel da Polícia Militar

Bairro: Centro

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Não Houve

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: SINVALDO DE JESUS SANTOS (VÍTIMA , COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Capela Sexo: Masculino Nasc: 16/09/1962
Profissão: Armador
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Aleira de Jesus Ferreira

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 352.619.435-15

Endereço

Município: Aracaju - SE
Logradouro: Rua Orlando F. dos Santos
Bairro: Industrial
Telefone: (79) 98844-5485 (Celular)

Nº: 24

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR , ENVOLVIDO)

Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino

Endereço

Município: Aracaju - SE
Telefone: (79) 98812-9660 (Celular)

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon
CPF/CNPJ do Proprietário 311.523.505-44	Placa JHV4068
Renavam 00118225740	Número do Motor D4DH760Q044996
Número do Chassi 93YBSR1RH9J185760	Ano/Modelo Fabricação 2009/2008
Cor PRATA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo RENAULT/SANDERO EXP1016V



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Laércio Figueiredo de Souza
Data de Impressão: 10/10/2019 09:40
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 106440/2019

Modelo RENAULT/SANDERO EXP1016V	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido, Meio Empregado
Última Atualização Denatran 19/12/2018	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Possuidor

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 352.619.435-15	Placa QKQ5333
Renavam 01041848673	Número do Motor KC16E6F031418
Número do Chassi 9C2KC1660FR031418	Ano/Modelo Fabricação 2015/2014
Cor VERMELHA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo HONDA/CG 150 TITAN EX
Modelo HONDA/CG 150 TITAN EX	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido, Meio Empregado
Última Atualização Denatran 30/04/2019	Situação do Veículo NADA CONSTA

Nome Envolvido	Envolvimentos
Sinvaldo de Jesus Santos	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

Relata o noticiante que no dia, local, e horário acima mencionados estava passando pela rua do lado direito da via quando foi surpreendido pelo carro Sanderero que vinda pela esquerda da via, contornando à direita da via para entrar em um estacionamento, que por isso veio a colidir com sua moto Honda/CG que estava do lado direito. Devido ao impacto rompeu o ligamento dos dedos da mão esquerda. Por fim declarou que não tem interesse em processar criminalmente contra o autor/infrator.

ASSINATURAS

Agente de Polícia Judiciária
Laércio Figueiredo de Souza

Laércio Figueiredo de Souza
Agente de Polícia
Matrícula 640918
Responsável pelo Atendimento

Sinvaldo de Jesus Santos
Sinvaldo de Jesus Santos
(Vitima / Comunicante)

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



RELATÓRIO MÉDICO

Hospital de São José

NOME DO PACIENTE: Silvado de Jesus Santos
DATA DA ENTRADA: 24 / 09 / 19
DATA DA SAÍDA: 24 / 09 / 19 57a H = 12:25h

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (x) ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito com lesões no membro superior esquerdo.
A, B, C e D = sem alterações.
E - lesões lacerantes - contusas da tendão parietal - 3º dedo mão (Esquerda).
Diagnóstico = Poliquetose
Conduta = cirurgia + Exame + Análise.
Análise de Radiografia - Trauma ósseo - contusão na mão (E), lesões cortico - contusão de dedo médio esquerda // lesões tendão externa.
Soluções em da Cir. plástica

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografia - mão (E) 2P.
Rad. de Torax - Análises - normais.

MÉDICOS ASSISTENTES:

João F. Alves - CRM - 2486
Fátima Pereira - CRM - 2056

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (x) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 12 de novembro de 2019

Hélio Sampaio Jr. de C. Júnior
MÉDICO - CRM-SE 1745

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

25/09/19

MS/DATASUS

HOSPITAL DE URGENCIAS DE SERGIPE - HUSE

No. DO BE: 57217
CNS:

DATA: 24/09/2019
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 12:25
USUARIO: CMSLEITE

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

SINVALDO DE JESUS SANTOS
 57 ANOS NASC: 16/09/1962
 RUA ORLANDO FERREIRA
 708407213413364 BAIRRO: INDUSTRIAL
 ARACAJU UF: SE CEP...:
 OSVALDO DOS SANTOS / ALEIRA DE JESUS PEREIRA
 TRAZIDO PELO SAMU - FILHO - JOAO
 INDUSTRIAL
 ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 PLANO DE SAUDE...: NAO
 NAO
 VEIO DE AMBULANCIA: SIM
 TRAUMA: SIM

NÚCLEO DE
 EPIDEMIOLOGIA
 SEXO: MASCULINO
 NUMERO: 24
 TEL...: 0799870722
 0

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: / /

... com
 ... ABCD: x
 ... 3

AGNOSTICO: CID: T02

PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

...
 ... 50 mg (EV)
 ... + ...
 ...

EXAME DE RADIOLOGIA - HU
 REALIZADO EM 24/09/19
 AS 13:06 HORA

TA DA SAIDA: / /
 [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO
 ENCAMINHADO AO AMBULATORIO [] DESISTENCIA
 NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

UNIDADE DE SAUDE):
 ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA
 ANAT. PATOL

NATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

...
 ...
 ...

24/09/79 - Feb. D Jopdia

fine wire cut - wire in wet paper.
 cut wire - wire board to wet paper. Esque
 on paper or water. Esque
 a paper or water. Esque
 solid to find in paper paper.

447 # Lingic seal #

Real Task = ϕ times failures
 ϕ times process/multitasking
 ϕ times process/per iteration

Q: Analyse triangle pqr
(segment orthogona).

João Ferreira
Ortopedia e Trauma
CRM-SE 20887-E

Fátima S. Pereira
CRM 2086
Cirurgia Geral / Endoscopia



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE (HUSE)

RECEITUÁRIO


PACIENTE: Sinvaldo de Jesus S.

Encaminhado para
Atendimento Setor de
Emergência nos dias 10/05/19
less todo exame de
ITU e ITU 2 unidades (E)

PACIENTE

DATA

10/05/19


MÉDICO (Assinatura e Carimbo)



SERGIPE
HOSPITAL DE URGÊNCIA

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA



Fundação
Hospitalar
de Saúde

NOME:

Simão da Silva Lima

RELATÓRIO DE ALTA

DIAGNÓSTICO:

PO Iliacal esquerda
3º grau não (R) segmentar com
perda de substância 15x5 cm

PROCEDIMENTO:

DATA DA INTERNAÇÃO: ____/____/____

DATA DO PROCEDIMENTO: 14/10/19

DATA DA ALTA: ____/____/____

ORIENTAÇÕES:

- Repouso em casa e manter MMSS elevados

- **NÃO** retirar tala ou curativo

- Retorno no HUSE com Dr. Luiz Mitidieri Jr

no dia 15/10/19 às 7h

Dr. Luiz Mitidieri Junior
Ortopedia / Traumatologia
Cirurgião de Mão
CRM 3793

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL JOSE FRANCO SOBRINHO

No. DO BE: 801093

DATA: 04/10/2019

HORA: 05:53

USUARIO: MMRSANTOS

CNS: 165889866030001

SETOR: 01-ACOLHIMENTO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : SINVALDO DE JESUS SANTOS

DOC...: 685736

IDADE.....: 57 ANOS NASC: 16/09/1962

SEXO...: MASCULINO

ENDERECO.....: RUA ORLANDO F DOS SANTOS

NUMERO: 24

COMPLEMENTO...: BAIRRO: INDUSTRIAL

MUNICIPIO.....: ARACAJU

UF: SE

CEP...: 49065-000

NOME PAI/MAE...: OSVALDO DOS SANTOS

/ALZIRA DE JESUS PEREIRA

RESPONSAVEL...: O PROPRIO

TEL...: 9870-7220

PROCEDENCIA...: ARACAJU-SE

ATENDIMENTO...: NAO INFORMADOS

CASO POLICIAL...: NAO

PLANO DE SAUDE.....: NAO

TRAUMA: NAO

ACID. TRABALHO: NAO

VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] EVASAO

[] DESISTENCIA

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

[] FAMILIA

[] IML

[] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

1. Queixa / Motivo que levou a procurar o Pronto Socorro: () Busca espontânea () Encaminhamento

2. Cronologia / Início dos Sintomas:

3. História Progressiva: () CARDIACO () RENAL () HAS () DM () TRANS. MENTAL () ALERGIAS
Outros:

4. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

HORA:

P.A.: x

F.C.: bpm

TAX: °C

F.R.: irpm

HGT: mg/dL SatO2: %

RISCO: () AZUL () Verde () AMARELO () VERMELHO

Enfermeiro (Assinatura e Carimbo):

4. RECLASSIFICAÇÃO:

HCRA:

P.A.: x

F.C.: bpm

TAX: °C

F.R.: irpm

HGT: mg/dL SatO2: %

RISCO: () AZUL () Verde () AMARELO () VERMELHO

Enfermeiro (Assinatura e Carimbo):

II. ATENDIMENTO MÉDICO

1. História Clínica:

2.HD:

3. Terapêutica:

PRESCRIÇÃO MÉDICA

APRAZAMENTO

III. ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

IV. TRIAGEM MÉDICA

- ☐ Sem queixas ou sintomas potencialmente Graves.
☐ Sem alteração na ausculta cardíaca ou pulmonar.
☐ Paciente com perfil de atenção Primária.
Conforme classificação de risco e as condições observadas acima, encaminho a UBS.
Médico:

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SERGIPE
SERVIÇO DE CIRURGIA DA MÃO HOSPITAL SOCORRO
PRESCRIÇÕES DIÁRIAS

DATA: 4 / 12 / 2019

NOME: Vinícius A. dos Santos

DIAGNÓSTICO(S): _____

Medicamentos (Princípio ativo + Concentração)	Horários de Administração
1º. Dieta Livre	SND
2º. Gelco Salinizado	em uso
3º. Keflin 1 g EV 6/6hs ou Kefazol 1 g EV 8/8hs	sem receita
4º. Dipirona 2ml + 8 ml AD EV 6/6hs	18 24 06 12
5º. Profenid 100 mg + 100 ml SF 0,9 % EV 12/12hs.	20 08
6º. Omeprazol 40mg vo 1x dia.	06
7º. Nausebron 1 amp Ev de 8/8 hs S/N	SOS
8º. Tramal 100mg + 100 ml SF 0,9% EV 8/8hs LENTO	24 08 12
9º. Membro superior elevado e observação rigorosa da perfusão distal	em uso
10º. Sinais vitais e cuidados gerais de 4 em 4 horas	20 24 04 08 12
11º. Alta após as <u>19</u> horas com receita e acompanhante	Diente
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>Dr. <u>Vinícius A. dos Santos</u></p> <p>Ortopedia / Traumatologia</p> <p>Cirurgia da Mão</p> <p>CRM 39933</p> </div> <div> <p>Kátia Matos S. de Alcântara</p> <p>Enfermeira</p> <p>CORENISE 485.889</p> </div> </div>	

EVOLUÇÃO MÉDICA:

Nome:

Amadeu de Jesus Lima

Enfermidade:

EVOLUÇÃO CLÍNICA

4/11/19

Paciente transferido de leito
para 2
556, lesões perfurantes, lesão por
corte.

S. M. Hospital sup. de 19-06-19
e em observação.

Dr. Luiz M. Medeiros Junior
Ortopedia / Traumatologia
Cirurgia da Mão
CRM 3733



ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME: Sivaldo de Jesus Santos

BE: 801093

Sector: CC 15 RPA

Leito:

DATA/HORA	Evolução
14:41	Paciente admitido no CC para realizar triagem da mão esquerda, consciente, eufórico, orientado para a própria pessoa, verbalizando o nome Sivaldo de Jesus Santos.
14:50	Início da anestesia local por Dr. Luiz Henrique, monitorizado PA: 113 x 73 mmHg, FC: 108 bpm, Sat: 98%.
15:00	Início do procedimento por Dr. Luiz Henrique após anestesia com etóxido de cloro 0.5%.
15:10	Início do bloqueio anestésico da mão esquerda por Dr. Luiz Henrique, FC: 108 bpm, Sat: 98%.
16:18	Realizada a amputação da mão esquerda por Dr. Luiz Henrique, FC: 108 bpm, Sat: 98%.
16:22	Finalizado o procedimento por Dr. Luiz Henrique, FC: 108 bpm, Sat: 98%.
16:28	Encaminhado para SRPA, acordado, eufórico, orientado para a própria pessoa, verbalizando o nome Sivaldo de Jesus Santos.
16:31	Admitido na SRPA acordado, eufórico, orientado verbalizando o uso de analgésico com item fixo 500mg de SRP, monitorizado PA: 150 x 95 mmHg, FC: 56 bpm, Sat: 98%.
17:26	Encaminhado para enfermagem, consciente, eufórico, verbalizando o nome Sivaldo de Jesus Santos, PA: 137 x 82 mmHg, FC: 108 bpm, Sat: 96%.
17:35	Paciente admitido neste setor, apresentando ferimento, consciente, orientado, verbalizando o nome Sivaldo de Jesus Santos, PA: 137 x 82 mmHg, FC: 108 bpm, Sat: 96%.

Kátia Mello B. de Alcantara
Enfermeira
CORENISE 202.999



ENCAMINHAMENTO

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE



ENCAMINHO O PACIENTE: Sr. Maria da Conceição

DIAGNÓSTICO: _____

ORIENTAÇÕES:

- PROCURAR RECEPÇÃO DO HOSPITAL DA SOCORRO, NO DIA 09/10/19 AS 4 HORAS PARA INTERNAÇÃO PARA CIRURGIA DA MÃO.
- LEVAR TODOS OS EXAMES REALIZADOS (RADIOGRAFIAS, EXAMES DE SANGUE E ELETROCARDIOGRAMA E OUTROS CASO SOLICITADOS)
- CIRURGIA AGENDADA PARA O DIA 09/10/19 AS 7 H.
- JEJUM APÓS 23 HORAS DO DIA 03/10/19.

ATENÇÃO: O NÃO COMPARECIMENTO DO PACIENTE NO DIA E HORA DESCRITO ITEM 1º DAS ORIENTAÇÕES, IMPLICARÁ DESISTÊNCIA NA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO E CONSEQUENTE DISPONIBILIZAÇÃO DA VAGA PARA O PRÓXIMO PACIENTES EM LISTA DE ESPERA.

03/10/19

Fernanda Costa Garcia
Médica CREMESP 5488



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE – HUSE
PRONTO SOCORRO ADULTO**

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o

Sr(a) Sinvaldo de Jesus Santos

atendido(a) neste serviço, necessita afastar-se de suas atividades por

15 dia(s) (quinze)

CID: S66.3.

Aracaju, 24 de Set de 2019

ATENCIOSAMENTE,

Paulo Cz. Viana
CRM 2850
Cirurgião Plástico

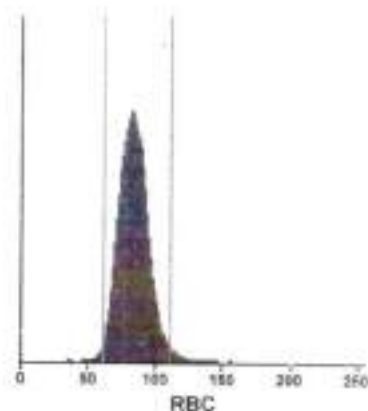
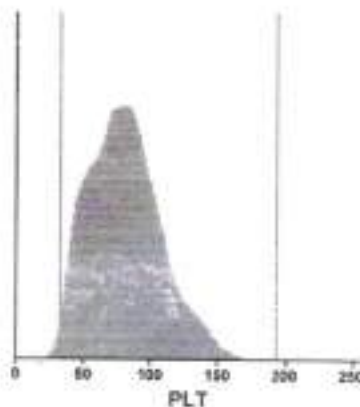
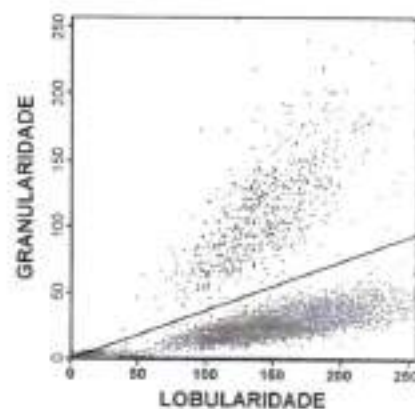
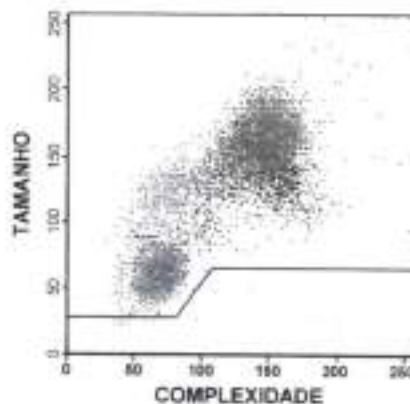
Fig Diagrama

Amost 002 RRTT R5 T2 Tipo Am Patient SEQ# 1254 IDOP Admin
 Nome Pac SINVALDO DE JESUS STOS DN 16/9/1962 Sex Ignorado Corrida 3/10/2019 17:28
 Pac AMB DT/HR Coleta Test CBC
 r. Obs 1 Modo Fechado Param 1
 notação Obs 2 Limites Padrão (1)

NBC 10.1 10e3/uL
 NEU 6.28 62.1 %
 LYM 2.36 23.3 %
 MONO .548 5.41 %
 EOS .857 8.47 %
 BASO .067 .660 %

RBC 4.98 10e6/uL
 HGB 14.5 g/dL
 HCT 42.5 %
 MCV 85.4 fL
 MCH 29.1 pg
 MCHC 34.0 g/dL
 RDW 11.7 %

PLT 301. 10e3/uL
 MPV 6.56 fL



IML REF				
RBC	3.70-10.1	RBC	4.06-4.69	PLT 155-366.
NEU	1.63-6.96	HGB	12.9-14.2	MPV 6.90-10.6
LYM	1.09-2.99	HCT	37.7-53.7	
MONO	.240-.790	MCV	81.1-96.0	
EOS	.030-.440	MCH	27.0-31.2	
BASO	0.00-.080	MCHC	31.8-36.4	
		RDW	11.6-14.5	

INTERPRETAÇÃO

LEUC HEM PLT

ANORMAL, DEF. POR USUÁRIO:

Eosinofilia Policitemia PLT Microcítica

Exame: 7779

Nome: SINVALDO DE JESUS SANTOS

FC: 57 bpm

ECG de Repouso

Reg.Clin.: ORTO

Filtros: 60Hz Muscular

Data: 03/10/2019

Nasc.: 16/09/1962

Vel.: 25 mm/s

DI 10

DII 10

DIII 10



aVR 10

aVL 10

aVF 10



V1 10

V2 10

V3 10



V4 10

V5 10

V6 10



DII 10



AVALIAÇÃO

HRJFS

BOLETIM DE ANESTESIA

PACIENTE
REGISTRO
UNIDADE:
MEDICO

CONVENIO
LEITO

Sinvaldo de Jesus Santos, 57 anos

CIRURGIA PROGRAMADA

Tratamento de lesões de lig. extensor de quirodísticos e

CIRURGIA REALIZADA

Dr. Beonca Raul

TECNICA ANESTESICA

Blag de Bier

MEDICACAO PRE-ANESTESICA

DATA
04/10/19

Dr. Luiz Niteideri

AUXILIAR

ASA

I

HORA DE INICIO

15:00

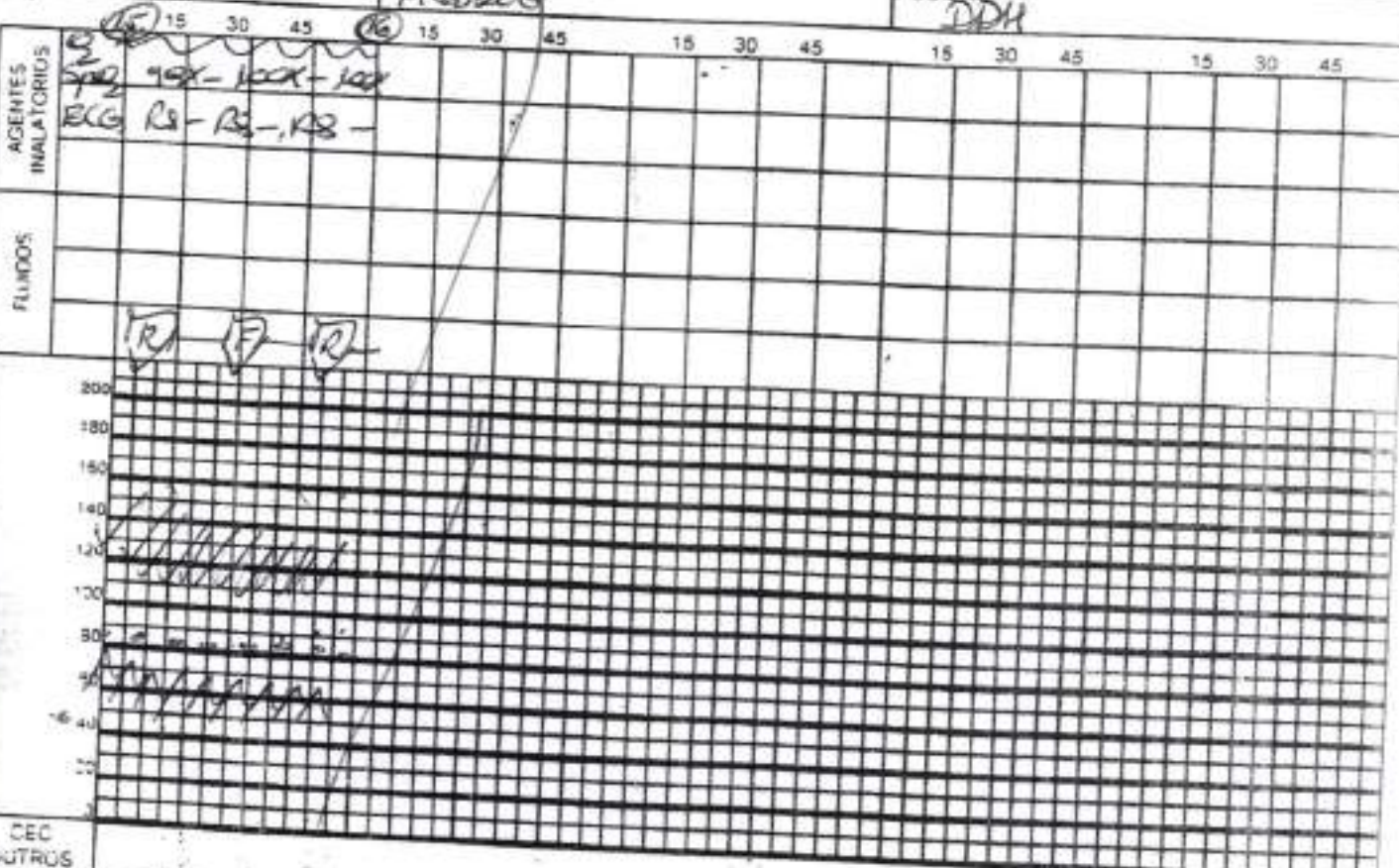
HORA DE TERMINO

ACESSO VENOSO

MSD 20G

POSICAO

DDH



CEC
OUTROS

MONITORIZACAO

MONITORIZACAO	PA NAO INVASIVA		PVC
	PA INVASIVA	<i>2</i>	TEMPERATURA
	ELETRCARDIOGRAFIA	<i>2</i>	DIURESE
	OXIMETRIA	<i>2</i>	VENTILACAO
	CAPNOGRAFIA	<i>2</i>	PAM

CONDICAO DE ALTA PARA CRPA

*RPA + Monitorizacao +
VNC MSD 20G + Blag de Bier +
9 1000 + Sedacao Venopunct
VNC MSD 22G + Monitorizacao
mento pelo cirurgiao + Blag
de Bier*

AGENTES ANESTESICOS

- (1) Nitroperidol 2ml*
- (2) Midazolam 3mg*
- (3) Lorazepam 3mg*
- (4) Propofol 20g*
- (5) Diclofenaco 10mg*
- (6) Dexametazona 2g*
- (7) Clorazepato 100mg*
- (8) Tergal 100mg*
- (9) Flaxid 10mg*

DOSE

ANTIBIOTICOPROFILAXIA

NOME

1ª Dose as: horas
2ª Dose as: horas
3ª Dose as: horas

OBSERVACOES

Gerente do Hospital

ENCAMINHADO PARA () UTI () UNIDADE

[Signature]
Data: 04/10/19
Hora: 15:00



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



Fundação
Hospitalar
de Saúde

HOSPITAL REGIONAL NOSSA SENHORA DO SOCORRO

FICHA DE ATO CIRÚRGICO

PACIENTE:

DIAGNÓSTICO PRÉ - OPERATÓRIO:

CIRURGIA REALIZADA:

CIRURGIÃO:

AUXILIARES:

ANESTESIA:

ANESTESISTA:

DIAGNÓSTICO PÓS - OPERATÓRIO:

☒ CIRURGIA LIMPA

☐ CIR. POTENCIALMENTE CONTAMINADA

☐ CIRURGIA CONTAMINADA

☐ CIR. INFECTADA

INFECÇÃO PRESENTE À ADMISSÃO? ☐ SIM ☐ NÃO

☐ VIAS AÉREAS SUP.

☐ PULMONAR

☐ URINÁRIA

☐ SNC ☐ TGI

☐ CUTÂNEO

☐ AP. CARDIO - VASCULAR

☐ OUTROS

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

1) DDA

2) Anestesia + Antépsis + Campos ester

3) Bómbia

4) Incisão sobre 3º dedo mão (D) +
desenho por pontos

5) Valvula de ligam. intersetor sobre 3º
dedo mão (D) removido com perd
de sutura (Ligam. completo)

6) Sutura de pontos

7) Sutura de pontos das bordas laterais no
pênis

8) Pontos de pontos

9) Sutura de pontos

10) Sutura de pontos no flanco

11) Sutura de pontos

12) Sutura de pontos

13) Sutura

DATA: 4.10.19

Cirurgião

Dr. Luiz Mitidieri
Ortopedia / Traumatologia
Cirurgia da Mão
CRM 5723



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600725

DATA:

07/07/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600725

DATA:

07/07/2020

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). 4. As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 202040600725 - Número Único: 0027133-46.2020.8.25.0001

Autor: SINVALDO DE JESUS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Decisão >> Outras Decisões

Cls.

O Tribunal de Justiça exarou, no processo SEI n. 0006122-67.2020.8.25.8825, recomendação acerca do prosseguimento dos feitos nas respectivas unidades, “*dispensando-se, desde já, a realização da audiência preliminar conciliatória*” no rito comum, tendo em vista a pandemia COVID-19.

A corregedoria recomendou, excepcionalmente, a devolução, pelo CEJUSC – Centro judiciário de solução de conflitos e cidadania, de todos os processos encaminhados pelas unidades jurisdicionais, ressalvados os procedimentos das Vara de Família, oportunizando a dispensa da realização da audiência preliminar conciliatória, “*a fim de que os magistrados imprimam andamento regular ao processo, com possibilidade de realizar a conciliação a posteriori*”.

A Turma Recursal do Estado de Sergipe, por sua vez, editou o Enunciado 21, com a seguinte redação:

*ENUNCIADO 21. Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, **poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.***

Pois bem.

As medidas apresentadas buscam, mesmo ante a excepcionalidade do momento em que vivemos, imprimir celeridade aos feitos, entregando a prestação jurisdicional a contento, apesar de todos os percalços surgidos com a pandemia (fechamento dos estabelecimentos, imposição de isolamento social etc).

Ora, é reclamo da sociedade e princípio plasmado na Constituição Federal (art. 5º, LXXVIII) a *razoável duração do processo*, devendo o Estado assegurar meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Não seria proporcional, a fim de

prestigiar o rito, preterir tal princípio constitucional. Em outras palavras, o procedimento deve servir como expressão dos princípios, e não como obstáculo para a efetivação destes.

A situação que se apresenta no Brasil e no mundo é excepcionalíssima, trazendo severas consequências em todos os matizes da vida: econômico, social, político etc. O Judiciário, assim, busca minimizar tais efeitos, impulsionando os feitos apesar de todos os obstáculos, a fim de a contento entregar a prestação jurisdicional pois “*justiça tardia nada mais é do que injustiça institucionalizada*”.

A ***manutenção do feito “suspensão”*** até o retorno pleno das atividades judiciais (eis que, mesmo com a continuidade dos serviços em teletrabalho, inviável a realização de audiências e de tantos outros atos processuais), a pretexto da realização da sessão de conciliação (no rito sumariíssimo) ou audiência preliminar de conciliação (no rito comum), ***discrepa, a mais não poder, da Carta Federal e, ainda, dos princípios norteadores do moderno sistema processual***, dentre eles a Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo.

Não se está fazendo aqui “*tábula rasa*” das disposições que prestigiam a realização da audiência perante o conciliador/mediador, nova tônica da processualística brasileira. Em verdade, reconhece-se a máxima importância da realização de tal forma de solução de conflito, prestigiando o consenso entre as partes com o auxílio de profissional qualificado.

No entanto, o que se propõe no momento atual não é desprestigiar a realização da audiência de conciliação, mas postergar a realização desta assentada, caso seja necessária no feito. É medida, inclusive, de economia processual pois, a depender do desenrolar do processo, o feito poderá ser julgado sem a necessidade de realização da audiência (nos casos, por exemplo, de revelia, reconhecimento jurídico do pedido ou de ausência de impugnação específica), concedendo, já agora, o necessário impulso oficial ao feito.

Por isso, consciente de que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais firmados na CF e verificando, de outra banda, que a causa não traz discussão acerca de direito indisponível, determino o prosseguimento do feito com as seguintes diligências:

1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, *caput*, do CPC.

1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

1.2 Em não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e § 1º, do CPC.

2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC).

3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC).

4. As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, os respectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, §2º, do Código de Processo Civil.

Aracaju/SE, 7 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **RÔMULO DANTAS BRANDÃO, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 07/07/2020, às 14:56:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001222447-46**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600725

DATA:

15/07/2020

MOVIMENTO:

Citação Eletrônica

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica enviada à Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
[...]1. Cite-se para resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, tomando por aproximação o art. 355, caput, do CPC. 1.1 Sendo infrutífera a citação, intime-se a parte autora para se manifestar, apresentando endereço da parte ré no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. 1.2 Em não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar o endereço da parte requerida sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, conforme o art. 485, III e §1º, do CPC. 2. Após a apresentação da defesa, manifeste-se a parte autora, em 15 (quinze) dias, acerca da contestação, inclusive sobre eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, CPC). 3. Se houver juntada de novos documentos com a réplica, vista à parte requerida por 15 (quinze) dias (art. 437, §1º, CPC). 4. As partes deverão informar, a Autorano prazo de 05 (cinco) dias e a Ré no prazo de resposta, osrespectivos endereços eletrônicos e telefones, possibilitando a realização da audiência de conciliação e/ou a audiência de instrução e julgamento em ambientes virtuais, se esses atos processuais se fizerem necessários.[...]

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202040600725

DATA:

15/07/2020

MOVIMENTO:

Outras Informações

DESCRIÇÃO:

Citação Eletrônica do(a) Empresa Privada - SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. considerada em 15/07/2020, mediante consulta processual realizada por seu representante legal, referente ao movimento de Intimação, do dia 15/07/2020, às 04:28:53.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não